


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua dos Libaneses nº 1998, . - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraqjec@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: 1012184-30.2018.8.26.0037

Autor: Edson de Oliveira Santos

Réu: Vivo S/A

Juiz de Direito, Dr. ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE

Vistos.

Trata-se de pretensão em obter rescisão, condenação ao pagamento do valor declinado e indenização por danos morais. Requeru tutela de urgência a fim de que sejam anuladas e extintas todas as cobranças feitas pela requerida em relação ao autor.

Dispensado o relatório (art. 38 da Lei nº 9.099/95), passa-se à motivação e à decisão.

A ré foi devidamente citada, porém não compareceu à audiência de tentativa de conciliação ocorrida em 27.11.2018 (págs. 51/52 e 60). Aos 03.12.2018 apresentou contestação, a qual não será apreciada ante a ocorrência da revelia.

A revelia provoca presunção de veracidade dos fatos, mas nem por isso a procedência é total, pois o art. 20 da Lei nº 9.099/95 ressalva que reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados, “salvo se o contrário resultar da convicção do juiz”. E autorizada doutrina ensina que “...algumas vezes, mesmo com o reconhecimento da veracidade dos fatos alegados pelo autor, a ação é julgada improcedente, pois a pretensão do autor nem sempre encontra respaldo no direito” (Chimenti, Ricardo Cunha. Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. São Paulo: Saraiva, 13ª Ed., 2012, p. 177).

O autor alega que contratou com a requerida prestação de serviço de telefonia móvel para o número (016) 99707-8421 pelo valor mensal de R\$51,34. Informa que seu celular quebrou e por essa razão procurou uma loja da empresa ré com o intuito de comprar outro aparelho celular.

Relata que se interessou por um aparelho e assinou contrato pensando ser referente à aquisição pretendida, mas, na verdade, tratava-se da contratação de um novo plano de prestação de serviços.

Acrescenta que no momento da contratação, o atendente da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua dos Libaneses nº 1998, . - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraqjec@tjsp.jus.br

empresa disse que seria necessário o pagamento de uma fatura de imediato, no valor de R\$138,17, mas ao retornar com o recibo do pagamento, o vendedor informou que não seria possível retirar o aparelho.

Na ocasião, o autor solicitou o cancelamento do contrato, mas nos meses subsequentes houve a cobrança referente ao plano de telefonia supostamente cancelado.

A revelia se observa, de modo que os fatos são considerados ocorridos tal qual descreve o autor.

Ademais, mesmo observando a contestação, não se verifica impugnação específica a um fato descrito pelo autor e que é essencial: não lhe foi entregue o aparelho, de modo que ficou inviabilizado o uso da linha.

Tudo isso viabiliza a rescisão do contrato de prestação de serviço.

Sobreleva notar que o autor não formulou expressamente, ao final, a pretensão rescisória, mas a descreve em outras passagens a inicial, e o conjunto da postulação deve ser considerado para adoção do provimento respectivo.

Assim autoriza o Código de Processo Civil no art. 322, § 2º, que trouxe uma flexibilização ao princípio da correlação, permitindo uma interpretação do pedido considerando o conjunto da postulação e com observância do princípio da boa fé.

Não há outros pleitos ligados estritamente à rescisão do contrato (de natureza declaratória, por exemplo).

Todavia, melhor sorte não lhe assiste quanto à pretensão ressarcitória de R\$ 138,17.

O autor alega que no momento da contratação foi exigido o pagamento de uma fatura no valor de R\$ 138,17. Entretanto, referida alegação não condiz com as provas por ele trazidas aos autos.

A fatura que corresponde ao mencionado valor (pág. 41) é referente ao consumo do mês de abril de 2018, cujo vencimento ocorreu em 06.05.2018 e foi paga em 12.05.2018, conforme comprovante de pagamento anexado (pág. 42).

Há discriminado na fatura o consumo dos serviços oferecidos pela empresa ré. Desse modo, o valor pago pelo autor como suposta exigência para a contratação, na verdade, trata-se de contraprestação pelos serviços por ele



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua dos Libaneses nº 1998, . - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraqjec@tjsp.jus.br

usufruídos anteriormente à nova contratação.

Tanto que referida fatura menciona que se trata de plano "vivo pós" (pág. 41), e as dos meses anteriores se referem ao outro plano "Família completa" (pág. 35, por exemplo), de maior valor e que o autor não aceita ter contratado.

A par disso tudo, não veio cópia de regular instrumento de contratação respectiva.

Quanto à pretensão indenizatória por dano moral, também não merece acolhimento.

As questões ventiladas não geram indenização por dano moral. Afinal, situações deste tipo são relativamente comuns e principalmente previsíveis na sociedade de consumo moderna.

Quem adquire bens de consumo sempre está bem ciente da possibilidade de intercorrências técnicas de toda natureza.

O fato não pode, então, ser alçado ao status de ilícito gerador de dano moral. Ainda que determinados incômodos se observem, a situação não pode ser considerada como potencial causadora de angústias ou estigmas geradores de dano moral indenizável.

Prestigiada doutrina oferece lição neste exato sentido: "O inadimplemento do contrato, por si só, não acarreta dano moral, que pressupõe ofensa anormal à personalidade. É certo que a inobservância de cláusulas contratuais gera frustrações na parte inocente, mas não se apresenta (em regra) como suficiente para produzir dano na esfera íntima do indivíduo, até porque o descumprimento das obrigações contratuais não é de todo imprevisível." (Cahali, Youssef Said. Dano Moral. RT, 4ª Ed., 2011, p. 430).

Idem: "...mero inadimplemento contratual, mora ou prejuízo econômico não configuram, por si só, dano moral, porque não agredem a dignidade humana." (Cavaliere Filho, Sergio. Programa de responsabilidade civil. São Paulo: Atlas, 2014, p. 112).

Assim se consolidou a jurisprudência dos juizados, com a edição da Súmula Nº 6 da Turma de Uniformização ("Mero inadimplemento contratual, sem circunstâncias específicas e graves que a justifiquem, não dá ensejo a indenização por danos morais"). A Turma de Uniformização foi criada a partir da previsão do art. 18 da Lei nº 12.153/09 e tem o objetivo de uniformizar a interpretação no âmbito dos juizados, nas questões de direito material.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua dos Libaneses nº 1998, . - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraqjec@tjsp.jus.br

Diante do exposto, julgo **PROCEDENTE EM PARTE** o pedido para decretar a rescisão do contrato entre as partes. Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

O recurso cabível é o inominado (art. 41 da Lei nº 9.099/95). O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95 e art. 4º, I e II da Lei Estadual nº 11.608/03, conforme a Lei nº 15.855/15); é a soma de 1% do valor da causa ou cinco Ufesps (o que for maior), mais 4% da causa ou cinco Ufesps (o que for maior).

Não incide preparo, relativamente ao autor, ante a assistência judiciária concedida.

Publique-se. Int.

Araraquara, 07 de dezembro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006